



Produção audiovisual no contexto da educação ambiental exigida no licenciamento de petróleo e gás no Estado do Rio de Janeiro

Audiovisual Production in the Context of Environmental Education Required for Petrol and Gas Licensing in the State of Rio de Janeiro

Rafael Nogueira COSTA^{1,3*}, Carlos José Saldanha MACHADO^{2,3}, Fátima Teresa Braga BRANQUINHO^{2,3}

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Campus Macaé, Macaé, RJ, Brasil.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³ Pós-Graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

* E-mail de contato: rafaelnogueiracosta@gmail.com

Artigo recebido em 9 de setembro de 2015, versão final aceita em 18 de janeiro de 2016.

RESUMO: O propósito deste artigo é discutir a produção audiovisual como atividade para identificar os “impactos ambientais”, na prática de uma educação qualificada como ambiental, no contexto do licenciamento brasileiro de petróleo e gás. A produção coletiva de filmes pode ser um instrumento para expressar a noção de “impacto ambiental” da qual os grupos fazem parte? Tal questão é respondida por meio da leitura da produção dos documentários voltados para o fortalecimento das lutas sociais locais. Foram analisados trinta documentários produzidos em 2007, em dez municípios localizados no litoral do Rio de Janeiro. Constatou-se que a forma estética do registro, a busca pelo olhar dos “afetados” e, acima de tudo, o direcionamento da câmera revelam nuances de como os grupos compreendem os impactos ambientais do processo de desenvolvimento econômico, contribuindo para novas discussões em relação à implementação local da política ambiental, como, por exemplo, a gestão territorial democrática e participativa. O estudo conclui apontando que a produção de documentários como instrumento de participação social, neste caso, parece ter efeito pontual e passageiro.

Palavras-chave: documentário; comunidades; licenciamento ambiental; ecologia política; Bacia de Campos.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the audiovisual production as an activity to identify the “environmental impacts”, in environmental education in the context of petrol and gas Brazilian licensing process. The question is: Can collective film production be an instrument to express the notion of “environmental impact” of which the social groups belong to? Such a question is answered by reading the documentaries aimed at strengthening local social struggles. Thirty documentaries produced in 2007 were analyzed in ten counties located on the coast of Rio de Janeiro. It shows that the aesthetic form of the documentaries, the search for the look of “affected” and, above all, the direction of the camera reveal nuances of how the groups understand the “environmen-

tal impacts” of the economic development process, contributing to further discussions regarding the local implementation of environmental policy, for example, democratic and participatory territorial management. The study concludes pointing out that the production of documentaries as social participation instrument in this case seem to have punctual and temporary effects.

Keywords: documentary; communities; environmental licensing; political ecology; Campos Basin.

1. Introdução

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a partir do conceito de “impacto ambiental”¹ e em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental, está desde o final da década de 1990 propondo ações mitigadoras e compensatórias deste “impacto”, que incluem como pauta de atuação das empresas de petróleo produzir, junto às populações afetadas, formas de controle desta atuação (Walter & Anello, 2012).

Como prática atrelada ao licenciamento ambiental federal, o Estado, representado pelo Ibama, objetivando mitigar e compensar os “impactos” relacionados com a atividade petrolífera, coordena, fiscaliza e acompanha a implementação de *Projetos Ambientais*. Tais projetos são criados como condicionantes das Licenças de Instalação (LI) e Operação (LO), a saber: o Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA), o Projeto de Controle da Poluição (PCP), o Projeto de Comunicação Social (PCS), o Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT), o Plano de Emergência Individual (PEI) e o **Projeto de Educação Ambiental (PEA)**, sendo que este último irá compor parte do universo de análise deste artigo.

O conjunto de Projetos de Educação Ambiental desenvolvidos por todas as operadoras em fase de licenciamento ambiental compõe o Programa de Educação Ambiental e está organizado por bacia petrolífera (Anello, 2009, p. 61). No Brasil, esses programas ocorrem ao longo do litoral, de Santa Catarina até o Maranhão. Somente para o Programa de Educação Ambiental desenvolvido na Bacia de Campos, no ano de 2013, estavam em andamento cinco projetos, todos desenvolvidos dentro de um universo complexo, com abordagens, empresas e metodologias diferenciadas.

Durante o processo de licenciamento ambiental, normatizações do instituto ambiental brasileiro procuram delimitar as ações e as propostas dos PEAs no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural no Brasil (Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama nº 1, 2010; Instrução Normativa/Ibama nº 2, 2012). Cabe salientar que o processo de licenciamento dessas atividades no Brasil é recente. Para as atividades ligadas ao petróleo, as primeiras normas específicas ganharam força somente a partir da década de 1990.

A Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama nº 1, de 2010, estabelece, de forma sistemática, os procedimentos para a elaboração dos programas pelas empresas petrolíferas enquanto condicionantes de licença. De acordo com a nota do Ibama (2010),

¹ O termo apareceu na legislação brasileira em 1986, quando o CONAMA instituiu uma política nacional de avaliação de impactos ambientais, exigindo estudos e audiências públicas para o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras. Entretanto, Sigaud (1988) problematiza a utilização do termo, ao considerar que as alterações fazem parte de um processo em movimento, o que impossibilita as mensurações espaciais e temporais, inviabilizando a compensação dos mesmos.

a empresa deverá justificar a escolha de uma determinada linha de ação a seguir: “i) Organização comunitária para a participação no licenciamento ambiental; ii) Controle social da aplicação de *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural; iii) Apoio à elaboração, à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores municipais; iv) Projetos compensatórios para populações impactadas por empreendimentos de curto prazo; v) Apoio à discussão e ao estabelecimento de acordos para a gestão compartilhada das atividades na zona marítima; ou uma outra opção, a ser proposta pela empresa”.

Já a Instrução Normativa/Ibama nº 2, de 2012, “estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Ibama”. Ao órgão ambiental federal cabem as tarefas de analisar, aprovar e acompanhar o processo. No caso do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) também participa de diversas etapas do licenciamento associadas às atividades descritas.

Apesar de não discutir diretamente a EA no licenciamento de petróleo, Leite Lopes *et al.* (2004) definem os projetos em duas vertentes: a educação ambiental na questão da participação, tendendo à incitação e ao envolvimento dos cidadãos com questões políticas, surgidas nos processos de redemocratização e de luta contra o regime autoritário, e a educação am-

biental como fonte de legitimidade e de argumentação para o enfrentamento dos conflitos, buscando favorecer os grupos populares, o processo da apropriação das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecerem-se contra os seus eventuais oponentes (Leite Lopes *et al.*, 2004, p. 27).

O presente trabalho traz apontamentos e reflexões sobre um PEA, desenvolvido no ano de 2007, apoiado na segunda concepção apontada por Leite Lopes *et al.* (2004). Entretanto, o que torna essa experiência inovadora na política ambiental é que a legitimidade e a argumentação encontram-se baseadas na prática documental cinematográfica², produzida a partir da formação de coletivos locais e tendo como pano de fundo as questões socioambientais de dez municípios do Estado do Rio de Janeiro (Dias, 2008).

É necessário problematizar esta ação apontando uma controvérsia³ no processo, pois neste caso o oponente foi a própria empresa patrocinadora, podendo ter inibido críticas profundas nos filmes em relação à atividade de exploração de petróleo.

Busca-se responder as seguintes questões neste artigo: a produção coletiva de filmes pode ser um instrumento para expressar a noção de *impacto ambiental* da qual os grupos fazem parte? A partir da aplicação desta prática, é possível estabelecer uma proposta mais democrática e sustentável na gestão dos recursos naturais? A aplicação do instrumento de produção de filmes pelos grupos locais e a geração dos produtos elaborados por estes pode funcionar como *monitoramento*⁴ das questões ambientais?

² Observa-se o fortalecimento da sociologia visual ou antropologia visual principalmente nas duas últimas décadas. Flick (2009) relata quatro formas de usar dados visuais em pesquisa qualitativa: i) os próprios pesquisadores podem produzir vídeos e analisá-los; ii) utilizar materiais produzidos por membros do campo em estudo; iii) analisar produtos visuais vindos da internet; e iv) usar a televisão/cinema para análise.

³ Para Latour (2012, p. 53) as “controvérsias proporcionam ao analista os recursos necessários para rastrear as conexões sociais”.

⁴ A ação de *monitoramento ambiental* era a principal missão do projeto, cujo objetivo central visava constituir o *Observatório Ambiental* como “dispositivo de monitoramento popular das transformações socioambientais em curso na região da Bacia de Campos”. Relatório de Atividades do Projeto de Educação Ambiental apresentado ao Ibama, Atividade de Produção de Petróleo no Campo de Polvo. Devon Energy do Brasil, maio de 2009.

Para responder a essas perguntas, utilizamos como referencial teórico a ecologia política, fundamentada no reconhecimento de que agentes sociais com diferentes e desiguais níveis de poder e interesses disputam recursos naturais, em determinados ambientes biofísicos, estabelecendo relações conflituosas entre eles (Little, 2006; Loureiro, 2012). Para Latour (1994), a ecologia política fala de “associações de seres de formas complicadas: regulamentos, aparelhos, instituições, controversas científicas, objetos, uma multidão de dispositivos experimentais originais” (Latour, 1994, p. 45).

Em termos metodológicos, o estudo apresentado neste texto foi elaborado com base na análise de 30 filmes documentários produzidos no ano de 2007 em 10 municípios. O que fizemos foi seguir os atores que fazem-fazer, independente de serem humanos ou não (Latour, 1994). Os filmes analisados estão vinculados ao licenciamento federal na área de exploração de petróleo e gás no Estado do Rio de Janeiro (projeto intitulado “Oficina de Cinema Ambiental Humanomar”), sob responsabilidade da empresa de petróleo Devon.

O primeiro autor deste artigo participou da oficina em Rio das Ostras após ter sido selecionado pela equipe executora, trazendo para este texto fragmentos de sua memória enquanto “público alvo” do projeto. Consideramos os registros dos filmes como um *fato*, ou seja, “um ‘enunciado’ que não está mais acompanhado por qualquer outro enunciado que modifique a sua natureza” (Latour & Woolgar, 1997, p. 33). Pretende-se ainda não eliminar o contexto social e histórico em que esses fatos foram construídos (Latour & Woolgar, 1997).

A análise dos filmes documentários foi realizada considerando a noção dos “impactos ambientais”,

os grupos escolhidos pelos participantes das oficinas para serem os “protagonistas” e os conflitos destacados. Para fins de delimitação do artigo, foram realizadas análises dos Fóruns Ambientais executados nos municípios participantes do projeto, leitura dos relatórios de acompanhamento, pareceres técnicos e relatórios encontrados no Núcleo de Educação Ambiental (NEA) da Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG) do Ibama, entre 2007 e 2009.

Este artigo tem como objetivo discutir a produção de filmes como instrumento de identificação dos “impactos ambientais” na práxis⁵ de uma educação qualificada como ambiental, no contexto do licenciamento ambiental brasileiro de petróleo e gás e, acima de tudo, questionando os alcances de seu potencial transformador. Procuramos ainda demonstrar como tais elementos podem apresentar novas perspectivas para as políticas públicas ambientais, tanto em suas ações e intervenções quanto na dimensão da pesquisa em educação ambiental. Neste sentido, a produção dos filmes analisados foi pensada como instrumento de participação social, sobretudo por ser realizada por grupos locais. Além disso, pretende-se propor, a partir da análise desta prática, reflexões sobre os resultados locais do chamado “progresso” que, neste cenário, se encontra alicerçado pelas atividades de exploração de óleo e gás.

2. Arcabouço institucional-legal dos Programas de Educação Ambiental no licenciamento ambiental federal de petróleo e gás

O arcabouço legal que ampara os Programas de Educação Ambiental desenvolvidos no licenciamento ambiental de petróleo e gás apresentados aqui

⁵ Entendida no sentido freireano, para quem a práxis é “reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, fonte de conhecimento reflexivo e criação” (Freire, 1998, p. 92).

foi baseado na Nota Técnica nº 01 de 2010 do Ibama (Brasil, 2010). Segundo este instrumento jurídico, as exigências dos Programas de Educação Ambiental estão amparadas em diversos instrumentos legais.

A primeira vez que a **educação ambiental** foi incorporada na legislação brasileira foi em 1981, com a Política Nacional do Meio Ambiente. No artigo 2º da Lei nº 6.938 de 1981, a educação ambiental é orientada para ser trabalhada em “todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”.

O inciso VI do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 incumbe ao Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

No final da década de 1990, a educação ambiental ganha uma lei específica. A Lei nº 9.795 de 1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental. O artigo 1º define a educação ambiental como:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

O Decreto nº 4.281 de 2002, que regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente, define em seu artigo 1º que:

A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito

Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade (Brasil, 2002).

A Nota Técnica nº 01 de 2010 do Ibama estabelece ainda outros instrumentos legais pertinentes que deverão ser atendidos na execução da educação ambiental, a saber: a Lei nº 7.661 de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; a Lei nº 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade), estabelecendo “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”; o Decreto nº 99.274 de 1990, que regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente; o Decreto nº 5.300 de 2004, que regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que “institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências”; além das Resoluções CONAMA nº 009 de 1987 e nº 237 de 1997, que, respectivamente, regulamentam o papel das Audiências Públicas e o papel do licenciamento ambiental.

Apesar de o arcabouço institucional legal contemplar um grande número de leis, decretos e notas técnicas, o universo do licenciamento de petróleo e a prática de uma educação qualificada como ambiental são ricos em contradições, carentes de estudos e reflexões e, principalmente, remetem a projetos políticos diferenciados entre os sujeitos que conduzem os PEAs⁶ (Siqueira, 2013).

⁶ Outro problema identificado é a dificuldade para encontrar os relatórios produzidos pelas empresas de consultoria. Em alguns casos, a comunidade não tem acesso facilitado aos documentos que são enviados ao Ibama (e.g. sítios na internet), mesmo aqueles nos quais os sujeitos que participam do processo são citados.

Duas teses de doutorado são fundamentais para entender esta dinâmica. Uma desenvolvida dentro do Ibama por uma analista ambiental da instituição, baseando as suas investigações na vivência do órgão ambiental e em entrevistas realizadas com os seus colegas, analistas do Ibama (Serrão, 2012), e a outra desenvolvida por uma antropóloga, que analisa os empreendimentos e os empreendedores na dinâmica do licenciamento ambiental a partir do olhar das suas experiências como consultora contratada (Bronz, 2011).

Serrão (2012) define a atividade de licenciar as empresas de petróleo como uma “forma pragmática e tecnicista, buscando soluções artificiais e objetivas para questões que muitas vezes são de natureza estritamente subjetiva” (Serrão, 2012, p. 278). Para a autora, as empresas estabelecem uma resistência neste processo, principalmente, “quando as ações exigidas pelo órgão ambiental não podem simplesmente se basear em valores de troca”. Para ela, as empresas de petróleo “propõem como solução para os impactos causados por suas atividades conferir valor monetário à natureza e aos seres humanos, que são convertidos em cifras indenizatórias e/ou compensatórias” (Serrão, 2012, p. 279).

Bronz (2011), ao assumir uma perspectiva antropológica no campo e baseando as suas investigações em análises de documentos e etnografia a partir das práticas empresariais, constata que, na prática, a construção dos empreendimentos de grande porte “reconfigura as relações entre poder e espaço geográfico”, apoiada no raciocínio da empresa e justificada nos discursos da vocação, benefícios do “desenvolvimento econômico” e geração de emprego (Bronz, 2011, p. 492). Entretanto, a autora conclui que após, conseguir a licença de operação, o comprometimento com os projetos desaparece e os interesses são dissimulados

de acordo com a “pedagogia moral e estratégica” (Bronz, 2011, p. 81).

3. Elaboração de filmes como contribuição metodológica para construção social do meio ambiente

Loureiro & Saisse (2014), ao promoverem uma revisão na historiografia da educação ambiental na gestão ambiental pública do Brasil, lembram que o marco inicial foi em 1973, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Os autores colocam que a Educação Ambiental na SEMA foi estruturada a partir da Coordenadoria de Comunicação Social e Educação Ambiental, indicando a perspectiva de vínculo com a comunicação, apesar de estar direcionada para uma abordagem predominantemente conservacionista (Loureiro & Saisse, 2014, p. 3).

Na mesma época, início da década de 1970, emerge o conceito relacionado à comunicação popular, representando uma forma alternativa de comunicação, com origem nos movimentos populares. Criou-se com esta proposta um canal de expressão de uma comunidade “por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes” (Peruzzo, 2008, p. 368). Assim, o autor parte da lógica que:

[...] a comunicação popular, alternativa e comunitária é expressão das lutas populares por melhores condições de vida, a partir dos movimentos populares, e representa um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. Estes são conceitos da comunicação popular e alternativa das últimas décadas do século XX, assim como do início do século XXI (Peruzzo, 2008, p. 370).

Assim, a comunicação feita de “baixo para cima”, que incorpora as lutas populares em sua prática, possibilita não só ampliar as narrativas sobre determinado assunto, mas também passa a ser um exercício democrático para as comunidades “falarem” o que pensam, assumindo os seus pontos de partida.

Para Kaplún (1985), este tipo de comunicação pode ser considerado afiliado da tradição freireana. Para o autor, trata-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”, aquele que ao comunicar, construir e emitir uma mensagem acaba sempre optando por tomar uma posição (Kaplún, 1985, p. 17). Segue nesta linha o campo da Educomunicação, um referencial teórico que apresenta inter-relação entre comunicação e educação (Soares, 2000, p. 12).

Neste sentido, cada vez mais o audiovisual está sendo utilizado como meio de expressão e divulgação de ideais por diversos grupos sociais. Índios (Nunes *et al.*, 2014), jovens moradores das periferias (Santos, 2011, p. 90), grupos minoritários, entre outros, buscam no audiovisual caminhos para dialogar e “contar a sua história”.

O vídeo, quando produzido e apropriado pelo outro, é um importante veículo expressivo, provocador de performances e de reflexões acerca das experiências vividas, em um movimento de representação e construção de contra narrativas (Hikiji, 2008, p. 4). Situação peculiar, sobretudo quando produzida e direcionada para os grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental⁷ em função dos conflitos ambientais.

Os realizadores das produções que serão analisadas neste artigo assumem um papel de pro-

dutores e criadores de conteúdo, entretanto, com a particularidade de vincular suas produções à dinâmica da educação ambiental no contexto do licenciamento de petróleo. É esse tipo de abordagem que Gonçalves & Head (2009) apresentam como universo de análise na pós-modernidade:

A sensibilidade pós-moderna induz à proliferação das autorrepresentações em que as culturas e seus personagens se apresentam diretamente formulando seu ponto de vista e sua percepção sobre o modo que desejam ser representados e apresentados. O “favelado”, o “índio”, o “negro”, o “pobre” passam a falar sobre si próprios, se fotografam, se representam e se apresentam em profundo diálogo com as múltiplas representações já constituídas sobre eles, o que engendra, por sua vez, curtos-circuitos políticos e estéticos que movimentam novas formas de apresentação e representação. Este novo contexto desestabiliza as “verdades” da representação antropológica, fazendo emergir as fabulações dos personagens que se constituem através dos processos de autorrepresentação (Gonçalves & Head, 2009, p. 20).

Assim, emerge uma possibilidade de se tentar compreender as representações dos “impactos ambientais” criados pelos grupos locais dos municípios indicados pelo Ibama como “diretamente afetados” pela atividade petrolífera. Buscamos identificar os traços da construção social do meio ambiente e os resultados do “progresso” eternizado pelos filmes.

Partimos das ideias de Gonçalves & Head (2009) para pensar nas imagens produzidas como um reflexo de como os grupos entendem a sua própria vida em relação à dinâmica do petróleo, uma espécie de autogestão da própria representação, uma forma legítima da autorrepresentação. Os filmes podem contribuir para discussão de como os grupos sociais pensam e se expressam, dentro das

⁷ O conceito emerge no estudo dos riscos aos eventos naturais (Blaikie *et al.*, 1994). Entretanto, a expressão passou a ser utilizada no universo do licenciamento ambiental, necessitando uma reflexão mais aprofundada, o que não faremos aqui. Para maior aprofundamento, ver Costa & Machado, 2016.

participações políticas, como forma de mostrar que “aquilo” é assim.

São afirmações dos modos de se pensar, de expressões de mundo. Em outras palavras, as formas visuais dão chances de que essas pessoas falem sobre si e sobre os outros, possibilitando a afirmação de um tipo de vivência e percepção que lhes são próprias, constituindo um novo modo de participar ativamente do processo de políticas públicas ambientais. Além disso, este canal comunicacional amplia os espaços de denúncias e reivindicações, dando visibilidade para as lutas das comunidades em conflito. Uma oportunidade para os sujeitos relativizarem a questão do “desenvolvimento”.

4. Do óleo à tela: o olho do “impactado”

A palavra da servidora da Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG) do Ibama marca a responsabilidade dos integrantes do Projeto de Educação Ambiental frente às novas produções imagéticas: *Vocês são os nossos olhos!* Para a coordenadora do projeto, os filmes funcionam como um “diagnóstico participativo sobre as questões ambientais do Município”. Para o Ibama, “dentro desses levantamentos dos problemas e conflitos, a gente tenta escutar a sociedade, principalmente aqueles considerados os excluídos, que não aparecem, que são impactados pelas atividades, como a pesca”⁸.

Assim, como afirmou Béla Balázs, *apud* Xavier (1983):

A câmera olha para os outros personagens e para seus ambientes a partir dos olhos de um personagem. Ela pode olhar o ambiente a partir dos olhos de uma figura diferente a cada instante. Por meio de tais enquadramentos, vemos o espaço da ação de seu interior, com os olhos dos *dramatis personae*, e sabemos como eles se sentem nele (Xavier, 1983, p. 97).

Os olhares e as perspectivas de quem viu e emprestou valor ao ponto de decidir por registrar no vídeo são eternizados pelas construções das narrativas. São cortes, recortes, escolhas, enquadramentos, posicionamentos de câmera, cores, texturas, diversas nuances representadas e produzidas pelos “observadores” do ambiente. O Ibama, ao aprovar o projeto da empresa, parece buscar uma compreensão do “olhar de dentro”, daqueles que vivem os impactos da cadeia produtiva do petróleo.

Neste contexto, conforme apresentado pelos executores do projeto analisado neste artigo, as ferramentas do audiovisual e da antropologia passam a ser incorporadas para construir “diagnósticos participativos”⁹ produzidos pelos grupos locais.

A partir de um projeto, executado por uma empresa petrolífera e desenvolvido por uma empresa de consultoria, intitulado “Oficina de Cinema Ambiental Humanomar”, foram produzidos, no ano de 2007, 30 filmes documentários em um universo complexo, no qual os indivíduos elaboraram estratégias utilizando as novas mídias e linguagens como prática social, fruto da interação entre diversos segmentos da sociedade: Estado, moradores das áreas ditas impactadas, universidades, empresas de exploração e de consultoria, entre outros.

⁸ As falas foram transcritas a partir dos comentários feitos na exibição dos filmes em Rio das Ostras, realizada na quadra da Boca da Barra, no dia 01 de julho de 2008. Essa gravação está presente no DVD, na seção “Agenda Ambiental”.

⁹ Outro termo muito comum na prática do licenciamento de petróleo. O diagnóstico participativo é definido pelo Órgão Ambiental como um “conjunto de procedimentos metodológicos capazes de coletar e analisar dados primários junto a grupos sociais localizados na área de influência de determinado empreendimento em licenciamento” (Nota Técnica nº 1 de 2010, Ibama). Geralmente esta etapa é desenvolvida por uma equipe multidisciplinar contratada pela empresa de petróleo. A equipe procura desvendar, como um médico que analisa o paciente, quais são os principais problemas da cadeia de exploração do petróleo em determinada localidade.

No ano de 2009 estes 30 filmes abriram a 1ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente (Circuito Tela Verde). Esta mostra anual é uma iniciativa do Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria do Audiovisual (SAv) do Ministério da Cultura (MinC), e reúne vídeos de diferentes narrativas e tendências, compondo um amplo espectro dentro do campo socioambiental nacional.

Estes vídeos foram produzidos no contexto da EA no licenciamento de petróleo e, de acordo com os relatórios entregues ao Ibama, o principal objetivo era “atuar na organização dos observatórios ambientais municipais tendo como foco a realização de fóruns ambientais e a produção de documentários”. Além disso, o projeto previa o “planejamento do monitoramento das transformações socioambientais pelos atores locais”. De acordo com a proposta elaborada pela empresa de consultoria e aprovada pelos técnicos do Ibama, os observatórios estavam sendo pensados como “instrumento coletivo de participação, que buscava estimular a construção da cidadania ativa, junto ao público de maior vulnerabilidade aos impactos do petróleo e gás”¹⁰.

A proposta previa a realização de uma série de atividades em dez municípios do litoral próximos à Baía de Campos, entre elas destacando-se: “i) oficinas de cinema e cineclubismo; ii) oficinas de educação e gestão ambiental; iii) realização de fóruns ambientais; e iv) produção de documentários”.

Os 30 filmes analisados neste trabalho foram pensados, filmados e *parcialmente editados* pelos moradores dos seguintes municípios: Niterói, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Cabo

Frio, Armação dos Búzios, Rio das Ostras, Macaé, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

A formação dos grupos participantes do projeto aconteceu após a divulgação nas mídias locais, rádio, jornais, *sites* da prefeitura, cartazes espalhados em pontos estratégicos, por meio de “seleções”. A seleção ocorreu por meio de entrevistas, gravadas em vídeo pelos funcionários da firma de consultoria. Foi priorizada a presença de pessoas que apresentavam vínculo com a pesca, com o turismo e com atuação em atividades culturais, educativas, sociais e de defesa do meio ambiente¹¹.

Para complementação da formação, os participantes recebiam uma apostila. A apostila era dividida em teoria cinematográfica, história do cinema e dos principais diretores, cinema digital, processo e equipe de produção, formas estéticas do documentário, fotografia e planos e introdução sobre meio ambiente. Neste material impresso, os participantes eram estimulados a “entrar nessa com a cabeça e o coração” para “interferir na sua realidade!” (Apostila da “Oficina de Cinema Ambiental Humanomar”, 2007).

A introdução da apostila apresentava uma nota de estímulos para os participantes: “Durante a Oficina serão produzidos documentários sobre a realidade socioambiental de sua cidade totalmente idealizados, filmados e dirigidos por vocês”. O texto apresenta ainda o argumento da acessibilidade na era digital, atrelando esta prática ao desenvolvimento da cidadania, da preservação do ambiente e da valorização cultural:

Cada vez mais se torna um consenso que o processo do cinema digital colocou em nossas mãos, de forma

¹⁰ Relatório Técnico do Programa de Educação Ambiental Humanomar para apreciação do Ibama, 2007.

¹¹ Relatório de Análise Técnica nº 07/07 Ibama. É necessário registrar que essa seleção direcionada influenciou diretamente as escolhas dos temas propostos nos filmes. O leitor observará que a maioria dos filmes aborda conflitos com a pesca e o turismo.

acessível, as incríveis possibilidades de se produzir e pensar imagens a partir de seu ambiente local. E é esse poder que a Oficina pretende partilhar com você, do jeito mais interativo possível. Com a certeza de que o audiovisual possa contribuir de fato para o desenvolvimento da cidadania, da preservação do meio ambiente e dos valores culturais de sua cidade, convidamos você para um mergulho fascinante no universo do Cinema e da Imagem (Apostila da “Oficina de Cinema Ambiental Humanomar”, 2007, p. 1).

Após os encontros teóricos, que duravam em média cinco dias, o grupo de cada município era dividido em três grupos, sendo destinado um tempo para que estes desenvolvessem as ideias e o argumento dos filmes. Terminada esta etapa, os integrantes iam para campo, munidos de equipamentos de áudio, vídeo e fotografia. A “saída de campo” durava em média cinco dias. Após esta etapa, os três grupos trabalhavam na montagem dos filmes de forma separada.

A edição dos filmes por estes grupos foi considerada parcial, pois os participantes não manuseavam diretamente a montagem do material filmado. Era prática da empresa de consultoria disponibilizar quatro técnicos que se revezavam nas edições, trabalhando as principais ideias dos grupos. As montagens dos filmes eram realizadas em salas sediadas pelas prefeituras, instituições escolares ou até mesmo nos quartos dos hotéis onde os funcionários das empresas de consultoria passavam os dias.

Neste sentido, é necessário problematizar a própria construção dos filmes, pois, na hora da montagem final, apesar de existir um diálogo entre os participantes, quem decidia e fazia os últimos acertos eram os membros da firma de consultoria, apesar de os autores terem participado do processo.

A criação dos documentários foi realizada por grupos heterogêneos, tanto em relação ao público que participou da elaboração dos filmes

quanto pelas pessoas que foram entrevistadas, os protagonistas que representaram as suas histórias, os seus próprios dramas. Participaram diretamente da construção dos filmes 183 pessoas, em média 18 pessoas por município. Foram entrevistadas pelos grupos 248 pessoas, em média 25 pessoas por município. Cada filme apresenta duração média de 12 minutos, totalizando 355 minutos de material editado. Nos agradecimentos dos filmes, podemos comprovar as diferentes relações que foram estabelecidas por esta prática.

Apesar da problemática da seleção dos participantes e da montagem parcial levantada anteriormente, estes filmes são o motor de uma nova reflexão epistemológica sobre a condição e a qualidade da etnografia que envolve amplas discussões nas ciências humanas: o lugar do sujeito, do objeto, da subjetividade, da objetividade, do real, do ficcional, da alteridade, do trabalho de campo e da produção de conhecimento (Gonçalves, 2008, p. 19).

Após a finalização dos filmes, foram realizadas projeções em praças públicas nos municípios participantes do PEA. Assim, foram exibidas as “telas pintadas” pelos alunos da oficina de cinema, que eram convidados a estarem presentes. Nesta etapa, era comum a presença de autoridades locais, representantes de instituições, servidores da Coordenadoria Geral de Petróleo e Gás do Ibama, vereadores e curiosos, que passavam por acaso ou que receberam anteriormente a informação do evento pelas mídias. A força da imagem sai dos grupos para tornar-se domínio público.

As pessoas eram convidadas para participar do debate, o microfone era aberto para o público presente, como ocorrido em Macaé, onde um vigia, indignado com a situação das desigualdades, fruto da exploração de petróleo, expôs o seu ponto de vista e indagou: “Onde está o dinheiro dos *royalties*? No meu bolso é que não está. A gente

vê diversos bairros da cidade que sofrem com a falta de saneamento, com alagamento em dias de chuva e percebe que esse dinheiro não está sendo bem aplicado”. Já o vereador presente, no momento o atual vice-prefeito da cidade de Macaé, também colocou o seu ponto de vista: “Todo momento a gente se pergunta como mobilizar as pessoas. O audiovisual tem um poder grande de sensibilizar a população”. Para ele, a exibição deveria ser feita também nos bairros periféricos: “Devemos fazer isso aqui em lugares onde a população não tem essa capacidade de mobilização por si só. Assim estaremos recrutando um exército maior de indignados para fazer a diferença na cidade”¹².

Mas como fazer as pessoas perceberem os principais “impactos do petróleo” se elas não apresentam acesso direto às atividades de exploração? E, se virem, será que elas se sentirão pertencentes ao território “impactado”? A questão de ver a operação da extração do óleo parece, segundo Binsztok (2012), uma estratégia de tática das empresas, uma estratégia de se “esconder” em alto-mar, a 100 quilômetros da costa. O *offshore*, neste caso, funciona como um esconderijo inacessível para o exército dos indignados.

Observa-se, contudo, que a chegada das empresas petrolíferas, estatais e transnacionais faz parte de um cenário globalizado, com influências localizadas. Binsztok (2012) argumenta que privilegiar a exploração e a produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, em detrimento de reservas continentais nos Estados Unidos e na Europa, é uma estratégia vinculada às pressões ambientalistas, aproveitando-se da aparente invisibilidade oferecida pelo *offshore* e também devido aos obstáculos geopolíticos enfrentados nos países

da Ásia e Oriente Médio e, recentemente, na Venezuela, Irã e Rússia (Binsztok, 2012, p. 289).

Apesar de não ser possível ver a dinâmica de extração de petróleo em alto-mar, algumas indignações são observadas pelos moradores das cidades que tiveram sua dinâmica alterada por esse processo. Neste sentido, os filmes do “Projeto Cinema Ambiental Humanomar” podem ser considerados como um documento, direcionado e construído pelas percepções dos moradores locais, funcionando como um monitoramento do processo de implementação das políticas públicas de meio ambiente, inclusive oferecendo indícios para correções na própria prática local.

5. Análise dos filmes realizados em 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro

Este filme é produto do Projeto de Educação Ambiental exigido pelo Ibama como medida compensatória pelo licenciamento ambiental do Campo de Polvo (Frase presente no início de todos os filmes. Obrigatoriedade do Ibama).

Passados quase 30 anos de exploração de petróleo na Bacia de Campos, iniciada no final da década de 1970, de que forma a população dos municípios diretamente afetados ou beneficiados por esta atividade compreenderam, em 2007, os frutos deste ciclo econômico? Os filmes produzidos neste contexto podem ser considerados como um documento produzido pelos agentes sociais como percepção ao legado que a indústria do petróleo deixou em seus territórios?

Acreditamos que, ao elaborar os filmes documentários, os grupos que participaram dessa estratégia deixaram as suas impressões sobre a rea-

¹² Reportagem do jornal *O Debate Diário*, de Macaé, intitulada “Mostra de Cinema Ambiental discute o tema Macaé, onde estão os royalties?”, publicada em 17/08/2009 às 14h05min. Acessado no dia 12/04/14 às 14h23min. Disponível em: <<http://bit.ly/1hAETJa>>.

lidade local. Acima de tudo, construíram de forma coletiva, em uma espécie de *pedagogia do olhar*. O ponto de vista do “nativo” frente ao chamado “progresso”.

Ao classificar os filmes em categorias, reduzimos a complexidade das produções e rompemos com as nuances subjetivas que essas imagens foram produzindo. Entretanto, assumimos que os nossos julgamentos, apesar de serem recortes específicos deste universo complexo, permitem compreender, mesmo que de forma limitada, o ponto de vista daqueles grupos locais.

De maneira geral, os filmes abordam diversas questões, compondo uma constelação de temas. Entre eles destacam-se: (i) alterações nos ecossistemas, gerando problemas relacionados com a atividade da pesca, 16 filmes; (ii) ocupação de áreas protegidas, como manguezal, restinga e Unidades de Conservação, 6 filmes; (iii) conflito envolvendo a atividade turística, 3 filmes; (iv) infraestrutura precária, 3 filmes; (v) presença de lixo e atividade de catadores, 2 filmes; e (vi) erosão e avanço do mar, 2 filmes. Outros assuntos trabalhados pelos grupos foram os conflitos entre moradores de uma área com pedreira em Araruama, crítica ao projeto Guardião Ecológico da Petrobras em Arraial do Cabo, disputas por território entre os quilombolas e a construção de condomínios na Armação dos Búzios, entre outros.

Contudo, podemos observar uma incompatibilização nos 10 municípios analisados entre “o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”, direitos coletivos contemplados pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81, Art. 4, inciso I) e pelo Artigo 225 da Constituição de 1988.

Entre os 30 filmes analisados, 16 foram feitos tendo como principal foco as alterações nos ecossistemas. Entre eles, nove filmes concentram-se na deterioração das bases reprodutivas dos grupos sociais vinculada a essas alterações, corroborando a hipótese de que, por vigorar uma “divisão socioespacial da degradação ambiental, os danos ambientais são, de forma sistemática, destinados aos grupos sociais dominados” (Acselrad, 2013, p. 105).

As principais atividades econômicas locais prejudicadas pela degradação dos ecossistemas expostos nos filmes foram: pesca, turismo em Araruama, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio e as atividades econômicas das salinas em Araruama e São Pedro da Aldeia (ver Tabela 1).

Dos 10 municípios participantes do projeto, nove apresentaram conflitos com a pesca, atividade fortemente dependente dos recursos naturais. Os depoimentos dos protagonistas confirmam a situação delicada pela qual esses grupos passam em diferentes municípios do Rio de Janeiro. As falas apresentadas abaixo foram transcritas dos filmes.

Cada entrevistado apresentava em suas falas questões diferentes, como a diminuição da quantidade dos peixes, dificuldade para viver da atividade pesqueira, contaminação dos peixes presentes nos locais tradicionalmente utilizados para este fim.

Desse modo, os depoimentos nos filmes são elementos em forma de registro, que nos possibilitam a construção de espaços biofísicos modificados, independente da localidade, funcionando como uma “pedagogia da catástrofe”¹³, um “conjunto de lições tiradas de tragédias geralmente anunciadas e desprezadas”. Alterações sentidas e exemplificadas nas falas dos pescadores de Araruama, Búzios, Niterói, Rio das Ostras e São Pedro da Aldeia:

¹³ Pedagogia da catástrofe foi definida pelo senador Cristovam Buarque como “o conjunto de lições tiradas de tragédias geralmente anunciadas e desprezadas”. Ver <<http://glo.bo/1Koesfj>>.

TABELA 1 – Síntese dos “impactos ambientais” representados nos filmes documentários e os grupos locais prejudicados.

Municípios	“Impactos ambientais” representados	Grupos locais prejudicados
Niterói	Descaracterização ambiental, poluição e lançamento de esgoto na Baía de Guanabara	Pescadores e moradores da Ilha da Conceição
Araruama	Pedreira em funcionamento e poluição na Lagoa de Araruama	Moradores próximos a uma pedreira, pescadores, comércio local, empresários e trabalhadores das salinas
Arraial do Cabo	Alterações nas restingas, esgoto e poluição nas praias	Moradores
São Pedro da Aldeia	Alterações na Lagoa de Araruama, lançamento de esgoto e diminuição do pescado	Pescadores, empresários e trabalhadores das salinas
Cabo Frio	Poluição e presença de lixo	Pescadores, moradores da periferia e catadores de lixo
Armação dos Búzios	Lançamento de esgoto no mar e ocupação de terras	Pescadores e quilombolas
Rio das Ostras	Alterações no manguezal, lançamento de esgoto e diminuição do pescado	Pescadores e moradores da periferia
Macaé	Alterações no manguezal, lançamento de esgoto, ocupação de áreas protegidas e infraestrutura precária	Pescadores e moradores
São João da Barra	Avanço do mar e alterações na dinâmica costeira, alterações na pesca	Pescadores e moradores próximos à praia
São Francisco de Itabapoana	Alterações na bacia de drenagem pelas fazendas, alterações e poluição no estuário	Pescadores

FONTE: Elaborado por Rafael Nogueira Costa.

Aqui havia Carapicú, Tainha e Carapeba, hoje não tem mais nada. Acabou. O que tá dando na Lagoa de Araruama é fome. Depoimento no filme *Roda Viva*, Araruama. *Tem muitos nativos passando fome, porque acabou a pesca, acabou a lavoura, acabou tudo.* Depoimento no filme *Havia um tempo*, Búzios.

[...] *antigamente a pesca era melhor, aqui dentro da Baía o peixe não presta.* Depoimento no filme *Procurasse*, Niterói.

Se o mangue acabar o pescador é o primeiro a sofrer as consequências, esse coitado vai ficar passando fome e o pescador para mudar de atividade é muito complicado, pois vem de pai pra filho. Depoimento no filme *Apertando o mangue*, Rio das Ostras.

Há vinte e cinco anos atrás você chegava na praia com essa canoa cheia de camarão, era a coisa mais linda que tinha. Beira de praia você via um monte de sardinha, carapicú, camarão a gente comia à vontade. Você chegava na beira da praia e via o chão. Hoje você não vê mais o chão. Depoimento no filme *Maré Baixa*, São Pedro da Aldeia.

As relações estruturais de poder entre diferentes grupos são reforçadas na fala do pescador de Rio das Ostras, fruto da interação dinâmica e conflituosa provocada pelo choque de interesses distintos (Little, 2006). Depoimentos desse tipo, reproduzidos abaixo, reforçam os “conflitos socioambientais” frente à atividade petrolífera. Trabalhos científicos reforçam a existência destes conflitos apontados pelos personagens dos filmes¹⁴.

A Petrobras eu detesto porque ela se diz brasileira e só traz danos pra gente, só machuca a gente, só maltrata o meio ambiente, apesar do botinho cor-de-rosa, tartaruginha e tudo. Mas na verdade é tremenda de uma sacana, a gente já tem ação ganha na justiça [...] quando procuram a gente é para dar um queijo envenenado achando que a gente é um rato. Depoimento no filme *Vai vendo*, Rio das Ostras.

¹⁴ Disponível em: <<http://bit.ly/1pMgbMc>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

Tenho medo do temporal, do rebocador que leva a rede e corre o risco de bater no barco. Depoimento no filme *Maragado*, São João da Barra.

Uma tendência presente nos filmes era a utilização do recurso dos diálogos entre os personagens entrevistados. Uma espécie de “montagem de conversas”. Argumento e contra-argumento, oposições de ideias, uma forma de utilizar as falas para gerar conflitos de opiniões.

A presença de lixão e catadores foi apresentada em dois municípios, Armação dos Búzios e Cabo Frio. Considera-se o vazadouro a céu aberto (lixão) o meio mais precário de destinação de resíduos sólidos, com potencial contaminação do lençol freático e exposição dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis aos riscos diários (Costa *et al.*, 2012).

A análise dos filmes nos leva à construção de uma síntese, em forma de agenda, dos problemas socioambientais que diferentes grupos enfrentaram em 2007. Entretanto, a não solução destes problemas é identificada por diversos artigos científicos, conforme apresentado abaixo.

Em relação às alterações nos ecossistemas e à presença de contaminantes oriundos do lançamento de esgoto, observam-se elevadas concentrações na Baía de Guanabara (Santos *et al.*, 2008; Rangel *et al.*, 2011). No estuário do rio Macaé, encontram-se elevados níveis de metais pesados e hidrocarbonetos (Molisani *et al.*, 2013a; 2013b), sofrendo forte pressão por atividades urbanas (Soffiati, 2015). Na Lagoa de Araruama, observa-se a presença de cianobactérias (Silva *et al.*, 2011).

Os conflitos com a pesca ainda estão presentes e são um problema constante nestes Municípios, fazendo parte do “Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil”, projeto

desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz) e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Neste mapa de conflitos, os pescadores, os catadores de caranguejo, os quilombolas e os trabalhadores de baixa renda são os principais afetados pelo crescimento urbano¹⁵.

Já em relação aos lixões em operação, a situação é menos dramática, principalmente após a execução da meta do Governo do Estado para erradicar todos os lixões municipais existentes até o final do presente ano¹⁶.

Comprova-se que em relação às *medidas de compensação*, conforme defendido por Bronz (2011), não passam de uma negociação durante o licenciamento, “pela via da adoção de abordagens voltadas à domesticação dos conflitos – classificação e ‘invenção’ de grupos, neutralização das tensões, diminuição das imprevisibilidades e utilização de aparatos tecnológicos persuasivos, compensando para os empreendedores” (Bronz, 2011, p. 493).

Se a compensação é figurativa, o instrumento desempenha muito mais o papel de conforto espiritual do que o exercício pleno da cidadania. A ideia é boa, o princípio também, mas não resulta em melhoria na gestão territorial local. A ideia de participação é muito mais figurativa do que real. Parece não existir a *práxis*, pois não há transformação.

6. Conclusões finais: apagando as luzes do cinema

A produção dos documentários realizados dentro do contexto do licenciamento como prática de uma educação ambiental, em um jogo de escolhas e construções, parece-nos um universo rico para análises e interpretações. Os grupos escolhidos para

¹⁵ Disponível em: <<http://bit.ly/1nWtDNo>>. Acesso em: 28 abr. 2014, às 14h21min.

¹⁶ Disponível em: <<http://bit.ly/1h7bwQ2>>. Acesso em: 28 abr. 2014, às 14h34min.

“contarem a sua história” nos filmes, a forma estética do registro, a busca pelo olhar dos “afetados” pelas mazelas da atividade petrolífera nas cidades receptoras e, acima de tudo, o direcionamento da câmera e as entrevistas revelam nuances de como esses grupos, que emergem nesta dinâmica compreenderam o processo de “desenvolvimento”.

A produção de imagens a partir de grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental, envolvidos em um contexto de conflito ambiental, além de experimentar uma prática social mais complexa e interdisciplinar, permite, portanto, uma atenção diferenciada que parte do “olhar do outro” em seu contexto particular de vida e das situações específicas às quais estão submetidos. Neste sentido, apresentam-se como um universo particular de alta relevância para a educação ambiental, uma vez que um dos princípios consagrados desta prática desde a Conferência de Tbilisi, na Geórgia, em 1977, é a necessária contextualização da dimensão educativa às realidades locais.

Entretanto, a presença dos membros da empresa petrolífera e de consultoria como patrocinadores dos filmes e da exibição do material pós-montado pode ter inibido críticas mais profundas em relação à atividade petrolífera nesta região, pois foram explicitados os conflitos diretos com essa atividade somente em oito filmes. Outro problema identificado foi o descompromisso com os sujeitos participantes do PEA após a interrupção do projeto em 2008. No início de 2012, o projeto foi retomado e está sendo coordenado por uma nova operadora de petróleo e uma nova firma de consultoria, alterando as concepções políticas e pedagógicas do projeto inicial.

Do ponto de vista psicológico, o uso deste instrumento pelos atores desempenha um papel central na medida em que eles se sentem valorizados pelo registro das suas memórias socioambientais no município. Contudo, se compararmos o tipo de pro-

blema registrado nos depoimentos dos atores em 30 filmes e reduzirmos a análise, excluindo a dimensão pedagógica do audiovisual, chega-se à conclusão que praticamente nada do que foi apontado como agenda dos problemas a serem solucionados pela ação pública foi resolvido.

Sabemos que os problemas levantados e monitorados pelos grupos são extremamente complexos de serem solucionados em curto/médio prazo e compreendemos que existe um pulo analítico grande ao relacionar os problemas apontados com as suas posteriores resoluções, pois nem sempre existem causalidades diretas. Porém, não responder a esta questão parece reduzir ainda mais a análise do processo aplicado nos municípios.

Na ponta, o problema está no poder público municipal, pois não tem quadro técnico e científico capaz de fazer a tradução dos entraves de um dito *progresso*, que se encontra delimitado por uma ação insustentável de exploração de petróleo e gás na Região Norte fluminense.

Trazer esse tipo de narrativa para o espaço acadêmico é um ato político, já que nossos relatos também são desafios, campo de experimentação. Apesar de ser uma construção inovadora e apresentar novas perspectivas para a práxis da educação ambiental, a produção de documentários como instrumento de participação social, neste caso, parece ter efeito pontual e passageiro, acima de tudo quando o projeto é finalizado. Assim, é necessário propor estratégias para dar continuidade à ação, mesmo com a ausência das empresas. Fim!

Agradecimentos

Os autores agradecem à Professora Giuliana Franco Leal (UFRJ Macaé) pela valorosa revisão no texto. Somos gratos também à pesquisadora Anne

Kassiadou por ter trazido as suas reflexões ao texto oriundas da sua experiência como participante do PEA Humanomar em Niterói. Os nossos agradecimentos especiais às Analistas Ambientais Monica Serrão (CGPEG/Ibama) e Patricia Rodin (CPROD/

Ibama), por terem gentilmente dedicado parte do seu tempo aos esclarecimentos e pela entrega dos documentos que foram analisados na elaboração deste artigo.

Referências

Acselrad, H. Desigualdade ambiental, economia e política. *Astrolabio*, 11, 105-123, 2013.

Anello, L. de F. S. *Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução*. Rio Grande, Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, 2009.

Binsztok, J. Exploração de petróleo e modificações socioespaciais em Macaé: dilemas e perspectivas. In: Monié, F.; Binsztok, J. (Orgs.). *Geografia e geopolítica do petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

Blaikie, P. M.; Cannon, T.; Davis, I.; Wisner, B. *At risk: natural hazards, people's vulnerability, and disasters*. London: Routledge, 1994. 284 p.

Brasil. *Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, DOU de 02 set. 1981.

Brasil. Conselho Nacional de Meio Ambiente. *Resolução CONAMA n. 001, de 23 de janeiro de 1986*. Brasília, 1986.

Brasil. Conselho Nacional de Meio Ambiente. *Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997*. Brasília, 1997.

Brasil. *Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, DOU de 28 abr. 1999.

Brasil. *Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002*. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui

a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

Brasil. Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama nº 01/10.

Brasil. Instrução Normativa/Ibama nº 2, 2012.

Bronz, D. *Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI*. 2010. 504 f. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011.

Costa, R. N.; Leal, G. F.; Pereira, C. S. Águas Maravilhosas (Macaé, RJ): do rio ao lixo na memória de uma catadora de lixo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 27, 109-119, 2013.

Costa, R. N.; Machado, C. J. S. Vulnerabilidade socioambiental na Educação Ambiental praticada no âmbito do licenciamento federal em Macaé (RJ). *Ambiente e Sociedade*, 2016 (no prelo).

Dias, T. T. F. *A discussão sobre as questões ambientais consideradas como uma das expressões da "questão social": um desafio para o Serviço Social*. Aproximando-se do tema a partir da análise do Programa de Educação Ambiental do Campo de Polvo. Rio de Janeiro, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Polo Universitário de Rio das Ostras, RJ, 2008.

Flick, U. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 126.

Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 98.

Gonçalves, M. A. *O real imaginado: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 19.

- Gonçalves, M. A.; Head, S. Confabulações da alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmos. In: Gonçalves, M. A.; Head, S. (Orgs.). *Devires imagéticos: a etnografia, o outro e suas imagens*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 22.
- Hikiji, R. S. G. Sentidos da imagem na quebrada e na etnografia. In: *32º Encontro Anual da ANPOCS*, 2008. Fórum Imagens e sociedade: leitura, produção e interpretação nas Ciências Sociais. 2008.
- Kaplún, M. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985.
- Latour, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- Latour, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- Latour, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC, 2012.
- Latour, B.; Woolgar, S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- Leite Lopes, J. S. et al. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- Little, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, 12(25), 85-103, 2006.
- Loureiro, C. F. B. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 13-31.
- Loureiro, C. F. B.; Saisse, M. V. Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. *Revista de Educação Pública*, 23, 105-129, 2014.
- Molisani, M. M.; Costa, R. N.; Cunha, P.; Rezende, C. E.; Ferreira, M. I. P.; Esteves, F. Acute Toxicity Bioassay with the Amphipod, *Grandidierella bonnieroides* S. After Exposure to Sediments from an Urban Estuary (Macaé River Estuary, RJ, Brazil). *Bulletin of Environmental Contamination and Toxicology*, 90, 79-84, 2013a.
- Molisani, M. M.; Esteves, F.; Rezende, C. E.; Lacerda, L. D. de. Emissões naturais e antrópicas de nitrogênio, fósforo e metais para a Bacia do rio Macaé (Macaé, RJ, Brasil) sob influência das atividades de exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos. *Química Nova*, 36, 27-33, 2013b.
- Nunes, K. M.; Silva, R.; Silva, J. O. S. Cinema indígena: de objeto a sujeito da produção cinematográfica no Brasil. *Polis*, 13(38), 2014.
- Peruzzo, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. *Palavra Chave*, 11(2), 367-379, 2008.
- Rangel, C. M. A. et al. Study of heavy metal concentration and partitioning in the Estrela River: implications for the pollution in Guanabara Bay - SE Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 83(3), 801-816, 2011.
- Santos, E. S.; Carreira, R. da S.; Knoppers, B. A. Sedimentary sterols as indicators of environmental conditions in Southeastern Guanabara Bay, Brazil. *Brazilian Journal of Oceanography*, 56(2), 97-113, 2008.
- Santos, R. E. 2 Vezes 5 Vezes Favela: aproximações e distanciamentos do cinema brasileiro. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 34(2), 2011.
- Serrão, M. A. *Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da Terceira Via*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- Sigaud, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: Rosa, L.P.; Sigaud, L.; Mielnik, O. *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. Rio: Marco Zero, 1988.
- Silva, L. H. da S.; Alves, S. A. P. M. do N.; Maginal, F. C.; Gomes, S. B. V. C.; Delfino, D. de O.; Lopes, F. A. dos S. Determinação das cianobactérias de subsuperfície de sedimentos marginais do Brejo do Pau Fincado do complexo lagunar de Araruama, RJ, Brasil. *Anuário do Instituto de Geociências*, 34(2), 14-23, 2011.
- Siqueira, T. V. *Educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural: influências político-ideológicas na educação no processo de gestão ambiental*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

Soares, I. de O. Educomunicação: um campo de mediações. *Comunicação & Educação*, 19, 12-24, 2000.

Soffiati, A. *Pé no mangue*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015.

Walter, T.; Anello, L. F. S. Educação ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. *Revista Ambiente & Educação*, 17(1), 73-98, 2012.

Xavier, I. *A experiência do cinema*: antologia. Rio de Janeiro. Edições Graal/Embrafilme, 1983.

Documentos consultados:

Apostila da “Oficina de Cinema Ambiental – Programa de Educação Ambiental, HumanoMar”, Devon, 2007.

Relatório técnico elaborado pela empresa de consultoria Abaeté, n. 07 de 2007. Ibama.

Resposta ao relatório técnico PEA Humanomar, nº 07 de 2007. Ibama.

Relatório de Atividades do Projeto de Educação Ambiental apresentado ao Ibama, Atividade de Produção de Petróleo no Campo de Polvo. Devon Energy do Brasil, maio de 2009.